

Arquitetura Franciscana no Nordeste do Brasil colonial: um estudo morfológico a partir dos Estatutos da Ordem

Raquel O. T. de Brito^{1*}, Ivan Cavalcanti Filho².

1. Estudante de IC da Universidade Federal da Paraíba – UFPB; *raquel_osias@hotmail.com

2. Prof. Dr. do Depto. de Arquitetura da Universidade Federal da Paraíba – UFPB

Palavras Chave: *Arquitetura; Franciscanos; Estatutos.*

Introdução

Os frades franciscanos produziram no nordeste do Brasil colonial uma linguagem arquitetônica singular através de treze conventos da Ordem, que foram classificados por Bazin (1983) como componentes de uma assim chamada “Escola Franciscana do Nordeste”.

Apesar da unidade de sua arquitetura, há questões que ainda não foram devidamente esclarecidas no tocante à matriz que gerou sua morfologia.

Dessa forma, este trabalho pretende estudar o modelo conventual franciscano em pauta à luz dos Estatutos que regiam a Província à qual os conventos pertenciam, bem como estabelecer as relações entre os diversos ambientes do convento, sua forma, disposição e dimensões, com a função a que se destinavam. A pesquisa procura entender até que ponto os espaços projetados refletiam as normas impostas pelos estatutos vigentes e com que intensidade eram obedecidos pelas comunidades, além de destacar a importância da Regra franciscana na produção do espaço conventual e tentar justificar a elaboração do ambiente eclesiástico propriamente dito frente ao componente de pobreza característico dos frades menores.

Resultados e Discussão

A custódia de Santo Antônio do Brasil foi criada em 1584, com sede em Olinda, tendo os religiosos a incumbência de catequização e evangelização dos gentios. Nesses termos, até meados do século seguinte, foram fundados treze cenóbios no nordeste brasileiro.

A partir de 1630, com a invasão holandesa, diversos conventos foram desocupados pelos frades, sendo alguns deles fortificados pelos batavos. Após o restabelecimento do poder português em 1654, os cenóbios foram restaurados e ampliados, principalmente entre os séculos XVII e XVIII, quando assumiram as características morfológicas que possuem até os dias atuais.

De forma geral, os conventos franciscanos são dotados de: adro, galilé, igreja conventual, coro alto, sacristia, claustro, portaria, capela do Capítulo, *De Profundis*, refeitório, cozinha, oficinas, biblioteca, celas (dormitórios) e, por vezes, instalações da Ordem Terceira.

Levando em consideração a similaridade dos treze cenóbios, partiu-se do pressuposto que devia haver entre os franciscanos alguma recomendação geral orientando a morfologia e o funcionamento da casa conventual. Destarte, investiu-se no estudo dos Estatutos da Ordem com o propósito de encontrar alguma referência que respondesse a essas questões.

Em 1657, foi conquistada a independência da custódia e fundada a Província de Santo Antônio do Brasil, com a publicação de seus Estatutos próprios em 1709. Porém, poucas eram as suas recomendações no tocante à fábrica arquitetônica das casas.

Tendo em vista a importância que os Estatutos davam às experiências anteriores da Ordem e o fato de que se tratava de uma província originária de uma matriz

portuguesa, foram analisados os Estatutos da Arrábida (Portugal) e estabelecida uma relação de proporção entre as medidas presentes na Norma e as dimensões do Convento de Santo Antônio da Paraíba, que foi tomado como parâmetro.

Isto feito, percebeu-se que as medidas do exemplar pessoense eram cerca de 1,7 vezes maiores que o recomendado na legislação seráfica. Tal fato pode ser explicado pelo número de frades do convento bem como pela necessidade de adaptações geográficas e climáticas.

Conclusões

À luz desses resultados, pôde-se ter uma melhor compreensão dos motivos que levaram à similaridade entre os conventos franciscanos nordestinos.

Aspectos como a importância da funcionalidade dos espaços e de experiências anteriores da Ordem, o trânsito de frades entre Metrópole e Colônia, e a influência tanto da Regra de pobreza franciscana quanto do Concílio Tridentino constituíram fatores essenciais para a compreensão da unidade formal da Escola Franciscana do Nordeste.

Agradecimentos

Ao professor Dr. Ivan Cavalcanti Filho, pela orientação; ao CNPq, pelo incentivo; ao Laboratório de Projeto Pesquisa e Memória (LPPM), pelo apoio técnico; e aos funcionários do Convento de Santo Antônio da Paraíba, pelas visitas.

BAZIN, Germain. *Arquitetura Religiosa Barroca no Brasil*. Tradução: Glória Lúcia Nunes. Rio de Janeiro: Editora Record, 1983.

BURITY, Glauce Maria Navarro. *A presença dos franciscanos na Paraíba, através do Convento de Santo Antônio*. Rio de Janeiro: Bloch Editores S.A. 1988.

CAMPHELLO, Glauco de Oliveira. *O brilho da simplicidade: dois estudos sobre arquitetura religiosa no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2001.

CAVALCANTI FILHO, Ivan. ‘The Franciscan Convents of North-East Brazil 1585-1822: Function and Design in a colonial context’. Tese de doutoramento, Oxford Brookes University, 2009.

Estatutos da Província de Santa Maria da Arrábida. Lisboa: Officina de Miguel Deslandes, 1698.

Estatutos da Província de Santo Antônio do Brasil. Lisboa: Officina de Manoel & Joseph Lopes Ferreira, 1709.

FONSECA, Fernando Luiz da. *Estudos Baianos: Santo Antônio do Paraguaçu e o Convento de São Francisco do Conde*. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1988.

MÉRO, Ernani. *Os Franciscanos em Alagoas*. Maceió: Sergasa, 1982.

MOURA FILHA, Maria Berthilde. *De Filipéia à Paraíba: uma cidade na estratégia de colonização do Brasil: séculos XVI – XVIII*. João Pessoa: IPHAN / Superintendência na Paraíba. 2010.

MUELLER, Frei Bonifácio. *Convento de Santo Antônio do Recife: 1606 – 1956*. Recife. 1956.

NÓBREGA, Humberto Carneiro da Cunha. *Arte Colonial da Paraíba; Igreja de Santo Antônio – convento de São Francisco de João Pessoa*. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 1974.

SILVA, Leonardo Dantas. *Pernambuco Preservado: Histórico dos Bens Tombados no Estado de Pernambuco*. Recife: L. Dantas Silva, 2002.

WILLEKE, Frei Venâncio. *O livro dos guardiães*. In: *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*. Volume 306 – Janeiro - Março – 1975. Fonte: <<http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=p>>. Acesso em 07/2014.